

HISTÓRIAS DE VIDA ESCOLAR DE TRABALHADORES INFANTIS

CHILDISH WORKERS AND THEIR STORIES OF SCHOLAR LIFE

Solange Pressatto MATTIUZZO¹

RESUMO

A proposta dessa pesquisa consiste em resgatar as memórias da vida escolar de trabalhadores infantis, utilizando-se da metodologia da história oral. O material é composto por cinco entrevistas realizadas com trabalhadores infantis que possuem histórico de fracasso escolar. Dentro desse grupo, encontram-se alunos que foram encaminhados à Educação Especial, em consequência do desempenho escolar pouco satisfatório. A análise das entrevistas aponta alguns dos fatores impeditivos para uma escolarização adequada, assim como sugere contribuições aos professores desse alunado.

Palavras chave: Trabalho Infantil; Fracasso Escolar; Deficiência Mental.

ABSTRACT

The objective of this paper is to describe and understand the scholar life stories of people who have been working since their childhood, relating this with the unsatisfactory performance of them. Five children or young workers were interviewed and some of them attended Special Schools for disable people as result of their low learning. The interview analysis provides several elements, which indicate restrictive educational factors as well as suggest some insights to teachers to apply into the classrooms.

Key words: *Scholar Unsuccessfulness; Child Labour; Mental Disease.*

Introdução

É objetivo primeiro desse artigo socializar parte das memórias de vida escolar de pessoas que foram/são trabalhadores infantis e possuem

histórico de fracasso escolar e, em consequência desse desempenho pouco satisfatório, foram encaminhadas para a Educação Especial. Essas memórias foram coletadas através de depoimentos orais temáticos, uma modalidade da História

⁽¹⁾ Pedagoga. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas. E-mail: mpattiuzzo@sti.com.br

Oral, e foram objeto de estudo de minha monografia no Curso de Especialização, *lato sensu*, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 2003, buscando analisar uma possível relação entre Trabalho Infantil e Fracasso Escolar. O despertar para a temática foi sugerido pela minha vivência profissional de mais de uma década como alfabetizadora em bairros carentes e em instituição especializada para pessoas com deficiência.

A opção metodológica se fundamenta na idéia de propiciar oportunidades de manifestação às pessoas envolvidas, através de uma prática que lhes é espontânea – o falar –, entendido aqui como um direito de participação social. O relato oral mostra-se como alternativa para externar os pensamentos na medida em que é compreendido como parte da elaboração do pensamento. Nas palavras de Vigotski: *“O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento”* (VIGOTSKI, 1998, p.150).

Etambém da busca permanente de estudar e estabelecer relações, partindo de dados coletados por pessoas que efetivamente vivenciaram a questão, alunos concretos construídos nas relações sociais que permeiam os seus cotidianos.

A pesquisa foi realizada com cinco pessoas – 4 homens e uma mulher – com idades entre 13 e 26 anos, moradores de um município da Região Metropolitana de Campinas que, segundo o Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil², está entre as dez primeiras cidades da região citada.

Cabe salientar que, segundo o mesmo Atlas, a Região Metropolitana de Campinas estaria 30 posições melhor colocada que o Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Mundial, caso fosse um país. Portanto, é desse espaço privilegiado do nosso país que falo.

Ciente da complexidade dos fatos, da multiplicidade das relações que norteiam o cotidiano, das contradições da realidade e da parcialidade das minhas análises não tenho a pretensão de apontar soluções. No entanto, aceito o desafio de dividir parte das minhas reflexões entendendo ser esse um compromisso assumido com as pessoas que me emprestaram suas histórias. Histórias estas que influenciaram um novo pensar e agir em minha prática profissional e que me possibilitaram elencar alguns fatores impeditivos para uma escolarização adequada, desvelando a realidade. Quiçá sejam elas colaboradoras também do refletir de outros profissionais e possam assim formular novas histórias.

Origens do Trabalho Infantil

Trabalhar tem diversos sentidos, variando conforme a cultura, a sociedade e o momento histórico. Não há uma uniformidade de opiniões entre os pesquisadores sobre o que seja trabalho infantil, porém, de maneira geral, em diferentes países, o trabalho infantil costuma ser definido como aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho segundo a legislação vigente em cada território. As condições de exploração e os prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da criança ou do adolescente que realiza a atividade é que seriam os critérios para a caracterização do trabalho infantil. Segundo esse raciocínio, um parâmetro tem sido colocado pela Organização Internacional do Trabalho:

...ainda que seja para garantir a continuidade de uma tradição familiar, para dividir responsabilidades no interior da casa ou para ajudar na lide do campo, o trabalho de crianças não pode impedir que elas exerçam seus direitos à educação e ao brincar, condições essenciais a seu pleno desenvolvimento (OIT, 2001, p.14).

⁽²⁾ O Atlas é resultado de um trabalho conjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, Nações Unidas e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 05 ago. 2003.

A História nos mostra que o trabalho infantil não é algo novo. O uso do trabalho da criança sempre existiu, o que variou foram as suas formas nas diversas épocas e contextos, mantendo sempre uma relação entre os fatores técnicos da produção e as transformações no recrutamento de crianças trabalhadoras.³

Quando o homem vivia numa sociedade agrária, a criança era comumente a guiadora dos rebanhos; em casa de terceiros, ela era empregada para trabalhar na agricultura ou para auxiliar nos serviços domésticos, isso no caso das meninas. Já nas cidades, as oficinas dos artesãos empregavam o aprendiz, ao lado do oficial, sob a orientação do mestre. Isso sem citar as famílias que viviam do trabalho domiciliar.

No entanto, é com a Revolução Industrial, ocorrida na Europa no século XVIII e com a consolidação do capitalismo, que há uma larga difusão do trabalho infantil e de suas penosas condições, pois o modo de produção mudou. Houve uma quebra da relação de trabalho familiar e passou-se a exigir a relação de trabalho com obrigação de produção e cumprimento de jornada rígida de horários.

Segundo Landes (*apud* NOGUEIRA, (1999, p.36), é possível apontar três grandes momentos de mobilização da força de trabalho infantil no período da Revolução Industrial, a saber:

- 1º momento: recrutaram-se essencialmente as crianças da assistência social;

A maquinaria recentemente inventada foi utilizada em grandes fábricas construídas à margem de correntes capazes de fazerem funcionar a roda hidráulica. Milhares de braços tornaram-se de súbito necessários nesses lugares... Procuravam-se principalmente dedos pequenos e ágeis. Por isso, surgiu logo o costume de requisitar aprendizes dos diversos asilos paroquiais de pobres, em Londres, Birmingham e em outras cidades. Muitos, muitos milhares desses pequenos seres infelizes, de 7 a 13

ou 14 anos, foram despachados para o Norte... (FIELDEN *apud* MARX, 2003, p.871)

- 2º momento: mulheres e filhos dos trabalhadores tornam-se também trabalhadores. É o período da organização familiar do trabalho;

As crianças permanecem nas usinas e freqüentemente sob a autoridade imediata de seus pais. Elas trabalham com eles, às vezes na mesma máquina, e não é raro que tenham já passado na usina sua primeira infância, desde o berço, porque assim suas mães podiam lhes vigiar. (S. DOVAILLER e P. VERMEREN, *apud* NOGUEIRA, 1999, p.39)

- 3º momento: a intervenção do poder do Estado se constitui através das leis de fábrica. Fala-se na integração da mão-de-obra infantil ao sistema fabril, pois uma geração já havia crescido em meio à disciplina e ao rigor da fábrica.

É somente na metade do século XIX que os poderes legislativos e os governos de diferentes países tentaram regulamentar o uso da mão-de-obra infantil em nome dos direitos da criança, estando a Inglaterra à frente do processo.

O Brasil e as crianças trabalhadoras

Crianças pobres trabalharam e trabalham desde muito cedo, no Brasil. Elas foram escravas, na Colônia e no Império; trabalharam para os capitalistas no início da industrialização; para os grandes proprietários de terras como bóia-frias; nas pequenas empresas domésticas de produção artesanal; nas casas de família (RIZZINI, 2000, p.376) e, atualmente, continuam a se submeter a inúmeros trabalhos, sendo uma imagem bastante freqüente nas cidades a figura de crianças nas ruas, como vendedoras de objetos, tornando comum e visível essa realidade.

A busca de raízes históricas para a explicação do trabalho infantil no Brasil remete-nos à mentalidade escravista. Por mais de três séculos a escravidão vigorou no nosso país deixando

⁽³⁾ Para maior conhecimento dos tipos de trabalho das crianças, ver Priore (2000).

marcas de doutrinação da condição de inferioridade do homem negro que se dava de diferentes formas, sobretudo por meio do trabalho, adulto e infantil.

O mercado escravista valorizava os escravos que tinham certas habilidades ou que haviam se especializado em alguma ocupação. Assim sendo, quanto antes os senhores comesçassem a “especialização” melhor seria. Essa era a forma pela qual proprietários exploravam a mão-de-obra infantil.

Em todas as atividades em que se empregava a mão-de-obra escrava, as crianças negras trabalhavam desde cedo, em tarefas que exigiam grandes esforços físicos. Por volta dos 12 anos estavam concluindo seus “estudos” e começavam a trazer a profissão por sobrenome: Ana Mucama, Chico Roça, João Pastor. Aos 14 anos, trabalhava-se como adulto (GÓES e FLORENTINO, 2000, p.184).

Faz-se importante destacar a escravidão na história do trabalho infantil porque, segundo Rizzini (2000), a experiência da escravidão mostrou aos empregadores que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra mais dócil, mais barata e com maior facilidade de adaptação ao trabalho.

Atualmente, o trabalho infantil é reconhecido como um dos principais desafios a ser enfrentado pelo mundo, na medida em que se reconhecem seus efeitos perversos para o desenvolvimento integral do ser humano e, principalmente, quando se constata o número alarmante de crianças e adolescentes envolvidos.

Mas, qual é a situação brasileira nos dias atuais?

Publicações nacionais têm apresentado divergências em relação aos números e a faixa etária dos envolvidos. A base de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD – Trabalho Infantil, ano base de 2001 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em convênio com a Organização Internacional do Trabalho – OIT – aponta que o trabalho infantil diminuiu na última década no

Brasil, mas ainda compromete o desenvolvimento de 12,7% das pessoas na faixa etária entre 5 e 17 anos de idade. Em termos populacionais, significa que 5,4 milhões de meninos e meninas exercem algum tipo de atividade produtiva no Brasil.

A maioria desses trabalhadores exerce atividades domésticas (45,2%) e o setor agrícola é o que mais absorve a mão-de-obra infantil (43,4%). Cerca de metade das crianças e adolescentes ocupadas no período de 365 dias utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumento de trabalho.

Embora trabalhem muito – 1,83 milhão de crianças trabalham 40 horas ou mais por semana – 41,2% delas não recebe nenhum salário pelo que fazem. Quando a faixa etária verificada está entre 5 e 9 anos, chega a 92% o número de meninos e meninas que trabalham sem remuneração. O estudo aponta que mesmo os que são remunerados, recebem muito pouco: 41,5% ganham até meio salário mínimo e 35,5% de meio a um salário mínimo.

Esta situação contradiz a legislação em vigor. A Constituição Federal Brasileira prescreve: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz” (Art. 7º, Inciso XXXIII).

Por que o trabalho infantil persiste sendo considerado ilegal?

Diferentes pesquisadores têm dedicado seus estudos à temática do trabalho infantil, apontando e desvelando esta realidade que envolve milhões de pessoas, na busca de explicações.

No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho, através do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, implantado em 1992, juntamente com parcerias locais, tem freqüentemente elaborado diagnósticos, estudos de casos, pesquisas, avaliações, fóruns na perspectiva de encontrar as causas do trabalho infantil para poder combatê-las. A análise desses materiais indica que: “O trabalho infantil no Brasil é cultural e está ligado à pobreza e às

deficiências do sistema educacional” (CIPOLA, 2001, p.30).

Em relação às causas culturais, Neto (2003) nos aponta três mitos que estão fortemente vinculados, a saber:

1. a idéia fortemente enraizada em nossa história de que **o trabalho enobrece o homem**. É importante salientar que refere-se a qualquer trabalho, em qualquer idade, sob quaisquer condições;
2. A também falsa idéia de que **a criança trabalhadora não rouba e nem se entrega aos vícios**. Esse argumento parte da idéia do trabalho como disciplinador, como solução para a desordem moral e social a que a população pobre costuma estar exposta;
3. terceiro deles está relacionado ao pensamento de que **a atividade remunerada de crianças e adolescentes seria uma solução para a pobreza**.

Na realidade, esses mitos acabam “justificando” a prática exploratória do trabalho infantil.

A constatação é que no futuro, o adulto, que foi privado dos direitos de brincar e estudar, terá oportunidades menores de competir por uma vaga no mercado de trabalho, o que acaba perpetuando a desigualdade social.

Já em relação a pobreza, os depoimentos coletados durante a pesquisa apontam uma forte relação do trabalho infantil com a mesma. Várias falas revelam essa realidade como, por exemplo, a de Eduardo⁴:

“Também trabalhei junto com o meu irmão em uma funilaria, no Jardim Novo Lugar. Eu era ajudante de funileiro, aprendi a soldar, mas o dono de lá era pingaiada, a gente não recebia e não fomos mais porque a gente trabalha porque é pobre e precisa comer e ter roupa, não é para guardar dinheiro... Eu

recebia todo dia sete e no domingo a gente – minha mãe e eu – íamos para a feira para comprar roupa para mim. Metade do dinheiro eu pagava minhas contas de roupa que eu já tinha comprado e o que sobrava eu comprava uma camiseta, uma meia. Eu nunca me esqueço do meu primeiro pagamento. Quando eu recebi meu primeiro pagamento, fui eu e a minha mãe na loja e compramos um sapato para mim. Pagamento tudo certinho, só com o meu dinheiro! Por mim, eu guardava aquele sapato para sempre de recordação, mas eu precisei dar para o meu irmão porque ele não tinha nada para vestir.”

Dados publicados pela Folha de São Paulo no dia 19 de novembro de 2003 confirmam essa relação. Uma pesquisa realizada pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Emprego, em seis regiões metropolitanas brasileiras, indica que o número de crianças trabalhadoras na faixa de 10 a 14 anos cresceu nos últimos meses, passando de 88 para 132 mil. A maior parte desse crescimento ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo e a relação entre trabalho infantil e pobreza está presente quando se verifica que foi justamente nessas duas regiões metropolitanas que a queda da renda e o aumento do trabalho informal mais se acentuaram.

Documentos de diferentes organizações, de diferentes países, que lutam pela eliminação do trabalho infantil, apontam que a pobreza é a principal causa do ingresso precoce das crianças no mundo do trabalho. A precária situação econômica das famílias, que não encontram alternativas para oferecer aos filhos o mínimo necessário para a sobrevivência, faz com que haja um encaminhamento dos filhos para o mercado de trabalho na busca da complementação da renda familiar. Assim sendo, combater o trabalho infantil explorador passa pela necessidade de se associar a políticas públicas que tenham como objetivo intervir na superação da pobreza e das desigualdades sociais.

⁽⁴⁾ Idade: 17 anos. Ocupações: funileiro, faxineiro, servente de pedreiro, atendente em locadora, babá, músico. Período na Escola especial: aproximadamente 4 anos e meio, dos 10 aos 15 anos de idade.

A Escola e os Trabalhadores Infantis

Quando as causas do Trabalho Infantil relacionam-se à escola, é preciso analisar a questão levando em consideração dois pontos: o direito à vaga e o direito a uma educação de qualidade que promova efetivamente possibilidades de crescimento pessoal, fazendo assim com que a educação cumpra sua função primeira, que é o compromisso com o processo de construção e transformação do ser humano.

O direito de todos à educação e o compromisso do Estado em garanti-la estão assegurados em nosso país no artigo 205 da Constituição:

A educação, direito de todos e dever do estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, o alto índice de analfabetismo brasileiro nos remete a buscar explicações históricas para a compreensão do antigo, que se mantém atual, problema – a não garantia de escola pública para todos.

Estudos sobre a História da Educação no Brasil demonstram que a mesma sempre esteve relacionada ao modelo político econômico vigente e que ela se tornou motivo de preocupação e investimento nos momentos em que os segmentos dominantes da sociedade sentiram necessidade de instrumentalizar as pessoas. Dentro deste contexto, a educação popular acabou sendo oferecida na medida em que se fazia necessária para a manutenção do sistema, visando à formação para o trabalho. A escola manteve, assim, um dualismo: de um lado, a escolarização para as classes mais favorecidas e, do outro, a escolarização para as pessoas de baixa renda, dentre as quais, os trabalhadores infantis.

Embora os dados mostrem que houve um avanço no direito de todos à educação, os números ainda são desafiadores. No ano 2000, existiam 16 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais, analfabetas. Se usarmos o conceito de analfabe-

tismo funcional – pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas – esse número se altera para 30 milhões de pessoas (MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL). As razões para o fracasso do país na alfabetização de seus jovens são várias. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Trabalho Infantil de 2001 salienta:

Dentre os motivos que podem impedir as crianças e adolescentes de freqüentar escola cabe destacar a realização de tarefas, seja uma atividade econômica ou afazeres domésticos, e a dificuldade de acesso à escola, devido a sua distância de moradia ou à falta de vaga. No conjunto de pessoas de 5 a 17 anos de idade que não eram estudantes, 12,1% não freqüentavam escola por terem que ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho e 14,7% porque não existia escola perto de sua residência ou por não terem conseguido vaga na escola. (p.33)

Portanto, embora essa questão seja antiga e bastante discutida, ela ainda se faz pertinente e é preciso salientar que, para muitos, oriundos das camadas populares, o direito de ser aluno é algo ainda a ser conquistado.

O Mapa do Analfabetismo no Brasil (2000) aponta que 30 milhões de jovens e adultos, com 15 anos ou mais, não concluíram as quatro séries iniciais de estudo e são os chamados analfabetos funcionais. Dentre esses, 16 milhões não são capazes de ler ou escrever um bilhete simples. O estudo também aponta que 35% destas pessoas já freqüentaram uma escola e indica que, entre os motivos de abandono da mesma, estão a baixa qualidade do ensino e a necessidade de trabalhar.

A pesquisa nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – Trabalho infantil (2001) aponta para a redução do número de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos que estão sem acesso à vaga nas escolas. Embora a inclusão ou permanência dessas crianças e adolescentes na escola seja impedida ou dificultada pelo trabalho – há uma diferença de aproximadamente 11% entre a taxa de escolari-

zação dos alunos trabalhadores e dos alunos não-trabalhadores nesta faixa etária – os números indicam que 80,3% dessas pessoas trabalhadoras estão na escola.

Assim sendo, parece necessário um avanço na análise proposta. Mesmo reconhecendo que o direito à vaga é algo ainda preocupante, para além dele há uma outra questão: garantir a vaga garante acesso ao conhecimento?

Vários pesquisadores, dentre eles Patto (1990); Moysés (2001); Neto, Neves & Jayme (2002), vêm destacando que a população, de maneira geral, deposita na escola uma importância ímpar. As famílias economicamente desfavorecidas, apesar de uma luta diária pela sobrevivência, só não permitem a presença dos filhos nas escolas em casos extremos. Os dados acima citados, confirmam esta afirmação. No caso específico dos trabalhadores infantis, apesar do cansaço, eles se dispõem a uma dupla jornada, pois parecem crer que a escola lhes possibilitará um outro destino.

Nas palavras de Maria⁵:

“... fiz de tudo pra estudar. Repeti, repeti, mas não desistia não. Mesmo quando falaram que eu tinha que ir pra ... (Escola Especial) eu fui, fazer o quê? Eu queria estudar pra ser alguém na vida. Sem escola, a gente é o quê?”

A Escola Especial e os Trabalhadores Infantis

No decorrer da História da humanidade a questão da pessoa que nasceu ou adquiriu alguma alteração orgânica, comprometimento físico, sensorial ou mental tem sido discutida e vista sob prismas diferentes de acordo com valores vigentes em cada época, valores estes de caráter político, cultural, econômico e até mesmo religioso (BIANCHETTI, 1995). Assim sendo, as pessoas foram e são consideradas deficientes com base no padrão de referência de homem para cada tempo. O que é normal depende das normas de

um sistema em uma determinada época. A sociedade define os padrões para o cidadão e o normal é aquele que interioriza e responde com êxito às expectativas sociais.

A escola como espaço social que é, responde também a esta lógica e assim, para alguns ela pode se tornar um problema pois é onde se diagnostica a não conformidade com os padrões, resultando num encaminhamento à Escola Especial. Dentro desse contexto, três aspectos merecem destaque quanto a concepção de deficiência mental que parece ter remetido as pessoas participantes da pesquisa à Educação Especial, a saber:

a) A questão da avaliação:

Discutir avaliação não é fato novo para os profissionais envolvidos com a educação. A fala de Eduardo confirma essa necessidade na medida em que sugere um equívoco nos resultados do processo avaliador:

“[...] só que o meu problema foi o seguinte: eu dormia na sala de aula e não fazia as lições. Os professores não ligavam, nem se importavam que eu dormisse e diziam: - Pode deixar o moleque dormir. Deixa, que o menino trabalha!

Precisava acordar bem cedo para ir para o trabalho; eu tinha dez anos e trabalhava em uma oficina mecânica [...] Quando a professora começava a pôr cópia na lousa, eu começava a piscar, o sono começava a chegar e eu lutava contra ele mas, no fim, sempre dormia [...] Quando eu acordei, anos depois, foi muito triste, eu não sabia fazer as atividades e minha mãe me levou no médico e na psicóloga. A psicóloga me mandou fazer umas coisas e eu não sabia fazer nada, nadinha. Eu sabia ler, sempre tive dúvidas em Matemática, mas ler eu sabia, só que eu olhei para aquelas folhas e não fiz nada [...]

Passei por vários psicólogos e eles disseram que eu tinha que ir para a escola especial [...]

⁽⁵⁾ Idade: 25 anos. Ocupações: faxineira, babá, empregada doméstica, cozinheira. Período na Escola Especial: 3 anos, dos 13 os 16 anos de idade.

b) A vida fora da escola:

A necessidade da adequação dos conteúdos curriculares à realidade vivida pelo aluno é meta educacional das mais difundidas. Não se trata de valorização única da cultura popular - o que impossibilita o acesso ao saber historicamente construído -, mas a compreensão de um aluno que se constitui no meio das relações que norteiam o seu cotidiano e não por parâmetros e objetivos curriculares pré-determinados.

Essa necessidade toma vida nas palavras de Rafael⁶:

“Com nove, dez anos, eu já trabalhava... lá até lá, tirava o lençol do defunto, ajudava a levantar o morto. E eu contava do meu trabalho para a molecada na escola e as pessoas se assustavam. Eu não entendia aquilo, porque eu tinha aprendido a conviver com os mortos. Eu tive que aprender!”

“Eu sempre mexi com defunto. Eu trocava, maquiava, tudo isso. Era assim: tinha gente comum e gente em pedaço. Eu saía para estrada para pegar pedaço. Com 12, 13 anos eu já saía pegar gente no tanque, gente podre, pegar pedaços de gente na estrada por causa de acidente. Era e é meu trabalho...”

“Professoras não gostam de alunos curiosos e eu era muito curioso, principalmente se o assunto era morte... as pessoas da escola falavam: “Ele está com isso” mas, no fundo, ninguém sabe o que se passa dentro de você, lá atrás... mas, quem fez tudo isso, de me mandar para a escola especial foi a professora e a diretora; me chamaram e me mandaram para lá, mas não era porque eu era louco, mas porque eu era arteiro, não tinha juízo...”

c) A definição do que é deficiência mental:

O Brasil através do Ministério da Educação tem trabalhado em seus documentos oficiais

com a definição de deficiência mental da Associação Americana de Retardo Mental que entende que:

A deficiência mental caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (MEC/SEESP, 1995, p.19).

Entendendo essa referência como norteadora dos procedimentos escolares brasileiros e analisando a fala de Claudio⁷, é possível questionar os critérios de encaminhamento utilizados em sua indicação para o ensino especial.

“sempre trabalhei porque fui adotado por um casal que não tinha filhos e já não eram moços. Nunca fomos ricos, mas meu pai tinha um pequeno açougue e nós três – eu, meu pai e minha mãe – trabalhávamos juntos... Em minhas lembranças de menino, guardo boas memórias desse contato em família. Ainda pequenino, ajudava a fazer chouriço, meu pai dizia que eu iria virar um homem famoso na cidade, o melhor chouriceiro, tenho fotos em cima de um banquinho mexendo um grande caldeirão de sangue quente com 5 anos de idade. Essas marcas na perna e nos braços também são do fogo. Quando eu tinha de 9 para 10 anos, meu pai ficou muito doente e nossa vida mudou, eu não era mais um ajudante, eu e minha mãe fazíamos tudo, precisávamos do dinheiro para manter a casa e pagar os remédios; meu pai ficou muito tempo na cama e eu virei o homem da

⁶ Idade: 22 anos. Ocupação: Trabalhos em necrotério e funerárias. Período na Escola Especial: aproximadamente 6 anos, dos 10 aos 16 anos de idade.

⁷ Idade = 26 anos. Ocupação = açougueiro. Período na Escola Especial = aproximadamente 7 anos, dos 11 aos 18 anos de idade.

casa... Minha entrada na escola destruiu a minha família porque eu, que era bom no açougue, boa pinta com as menininhas do bairro, fui uma desgraça na escola. Depois de alguns anos tentando ser alfabetizado, minha mãe foi chamada e disseram-lhe que eutinha que ir para uma escola diferente, minha mãe chorou muito e meu pai ficou mudo durante uma semana.”

Considerações finais

A reflexão sobre esses depoimentos aponta que:

- a) A escola convive com a diversidade porém, nem sempre garante a voz e a vez aos alunos envolvidos. Embora não seja compromisso exclusivo do professor garantir o sucesso dos alunos na escola, pois ele está envolto em uma proposta político-pedagógica de amplitude maior, as falas das pessoas parecem revelar que é nas relações estabelecidas durante as práticas educativas que a exclusão se consolida. Tal constatação aponta para a necessidade de discussão da formação – inicial e continuada – dos professores na busca de uma escola que efetivamente garanta o aprendizado às pessoas envolvidas nessa questão, baseada em um processo educacional pensado à luz da inclusão social.
- b) O encaminhamento equivocado de trabalhadores infantis para a Educação Especial mostra-se duplamente perverso pois em uma sociedade que valoriza as habilidades intelectuais como a nossa, ser considerado deficiente mental é um descrédito social significativo e, adicionalmente, sabendo do pequeno número de espaços reservados para a essa modalidade escolar, preenchê-los com alunos que mostram insucesso na escola por serem trabalhadores infantis é retirar das pessoas com deficiência a oportunidade de exercerem o direito de ser aluno.

- c) A prática do trabalho infantil é secular e está associada ao capitalismo vigente, a sua erradicação é problema de grande amplitude e complexidade o que não justifica a naturalização da situação. Ter consciência de que em nossas salas de aulas existem trabalhadores infantis aponta para a necessidade da discussão com criticidade, nos cursos de formação de professores, sobre a questão para que não nos caiba, enquanto professores, o papel de confirmação da desigualdade social.

A certeza de que a dureza da vida fez desses meninos e meninas lutadores, que não desistem com facilidade, aumenta o nosso compromisso profissional. As palavras deles podem ser mais claras do que as minhas: *“...desisti de várias coisas na minha vida mas da escola não, da escola nunca...”* (RAFAEL)

Referências Bibliográficas

- BIANCHETTI, I. Aspectos Históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. II, n.3, p. 7-19, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CIPOLA, A. **O trabalho infantil**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- Estatuto da Criança e do Adolescente**. CONDECA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- GÓES, J.R.; FLORENTINO, M. In: PRIORE, M.D. **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto. p.177-191, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Trabalho Infantil**. IGBE, Departamento de Emprego e Rendimento e OIT. Rio de Janeiro, 2001.

MAPA do analfabetismo no Brasil. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 06 de junho de 2003.

MARX, Karl. **O Capital.** Trad. Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOYSÉS, M. A. A. **A institucionalização invisível:** crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

NETO, A. C.; NEVES, M. de A.; JAYME, J. G. Setor informal: abrigo para o trabalho infantil. In: MARQUES, M. E. (Org.). **Trabalho infantil:** a infância roubada. Belo Horizonte, MG: PUC-Minas. p.79-98, 2002.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho infantil:** guia para educadores/IPEC. Brasília: OIT, 2001.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.